ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOM BOSCO

FACULDADE DE ENGENHARIA DE RESENDE

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO
VERSÃO PARCIAL
2016

Resende - RJ

Sumário

1. INTRODUÇÃO 1
2. METODOLOGIA UTILIZADA PARA APURAÇÃO DOS RESULTADOS 7
☐PRIMEIRA ETAPA: SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO 9
☐SEGUNDA ETAPA: DESENVOLVIMENTO 10
☐TERCEIRA ETAPA: ANÁLISE DOS DADOS LEVANTADOS 10
☐QUARTA ETAPA: CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 11
☐QUINTA ETAPA –DIVULGAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 11
3. DESENVOLVIMENTO 12
3.1. EIXO 3 - DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, E A EXTENSÃO 12
3.1.1. ESTRUTURA E CONTEÚDO CURRICULAR 16
3.1.2. POLÍTICAS DE ESTÁGIO 21
3.1.3. POLÍTICAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES E PRÁTICAS PROFISSIONAIS 21
3.1.4. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 22
3.1.5. POLÍTICAS PARA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS 23
3.1.6. PROCESSO DE AVALIAÇÃO 24
3.1.7. OBSERVAÇÃO DOS RESULTADOS – POLÍTICAS DE ENSINO 26
3.2. EIXO 3 - DIMENSÃO 4 – COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE 28
3.2.1. COMUNICAÇÃO EXTERNA 28
3.2.2. COMUNICAÇÃO INTERNA 30
3.2.3. OBSERVAÇÃO DOS RESULTADOS – COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE 32
3.3. EIXO 3 - DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO CORPO DISCENTE 34
3.3.1. OBSERVAÇÃO DOS RESULTADOS – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO CORPO DISCENTE 35
3.4. EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO – DIMENSÃO 5 – POLÍTICAS DE PESSOAL 37
3.4.1. PLANO DE CARREIRA DOCENTE - POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E REGIME DE TRABALHO 37
3.4.2. PLANO DE CARREIRA DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E REGIME DE TRABALHO 39
3.4.3. OBSERVAÇÃO DOS RESULTADOS – POLÍTICAS DE PESSOAL 40
3.5. EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO – DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO 40
3.5.1. OBSERVAÇÃO DOS RESULTADOS – POLÍTICAS DE GESTÃO 43
3.6. EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO – DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 44

3.6.1. RECURSOS FINANCEIROS 44
3.6.2. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS 44
3.6.3. OBSERVAÇÃO DOS RESULTADOS – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 45
4. SUGESTÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DADOS 46
4.1. EIXO 3 - DIMENSÃO 2 (POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO) 46
4.2. EIXO 3, DIMENSÃO 4 (COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE) 47
4.3. EIXO 3 - DIMENSÃO 9 (ATENDIMENTO AOS DISCENTES) 48
4.4. EIXO 4 - DIMENSÃO 5 (POLÍTICA DE PESSOAL) 48
4.5. EIXO 4 - DIMENSÃO 6 (ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO) 49
4.6. EIXO 4, DIMENSÃO 10 (SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA) 49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 49

1. INTRODUÇÃO

Este documento se constitui em um relatório parcial das atividades da CPA-FER referente ao ano de 2016. Neste, após breve introdução se apresentam as metodologias utilizadas, o desenvolvimento dos trabalhos, análise de dados e informações, elaboração de planos de ações e as considerações finais conforme NOTA TÉCNICA INEP/DAS/CONAES nº65.

Neste presente relatório são abordados os eixos 3 e 4. O relatório referente ao ano de 2015 foram apresentados os eixos 1, 2 e 5.

A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOM BOSCO – AEDB é mantenedora da Faculdade de Engenharia de Resende - FER e registrada no Cartório 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos sob o nº 232 Livro A/2 fl. 329 de 02/12/1965. É uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Cel. Prof. Antônio Esteves, Nº 1, Bairro Campo de Aviação, na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro com CNPJ 31.463.235/0001-43 e Código de Endereçamento Postal 27523-000.

A AEDB é declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 86.238, de 30 de junho de 1981, declaração renovada por Decreto de 27 de maio de 1992, publicado no Diário Oficial da União nº 101, de 28 de maio de 1991; na área Estadual, pelo Decreto nº 7.835, de 28 de janeiro de 1974; e no campo Municipal pela Resolução nº 638, de 1º de janeiro de 1966.

A FER fica localizada no município de Resende no Estado do Rio de Janeiro. Região privilegiada quanto a sua localização: situa-se geograficamente na região denominado Médio Paraíba no Sul Fluminense composta pelos municípios de: Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda, ao longo do Rio Paraíba do Sul, que banha três estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Resende possui uma extensão territorial de 1.095,2 km², correspondente a 17,69

% da área da Região do Médio Paraíba (IBGE, 2010). Conta hoje com uma população de 119.801 habitantes, correspondentes a 14,01 % do total da população da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro. Observa-se que a população é predominantemente urbana e apresenta uma participação feminina superior à masculina em uma proporção de 94,6 homens para cada 100 mulheres. A maioria da população encontra-se na faixa etária entre 30 e 49 anos, seguida pela faixa de 50 ou mais anos (IBGE, 2010). O município está classificado com um índice de alto desenvolvimento humano (0,809– Alto IDH), ocupando a 5ª posição no critério do IDH estadual (IPEA, 2010).

Nos anos de 1940 a região do entorno de Resende iniciou um novo ciclo de desenvolvimento com a industrialização da região, proporcionada pela criação da Cia. Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, e com a transferência, em 1944, da formação dos oficiais do Exército, da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, para a Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, com este nome a partir de 1951. Os avanços tecnológicos evoluíram com a instalação da Siderúrgica Barra Mansa em Barra Mansa, IQR – Indústrias Químicas de Resende em Resende nos anos de 1970. Nestes anos foi também inaugurada a MICHELIN localizada em Itatiaia. Posteriormente no fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000 implantou-se a Volkswagen Caminhões e Ônibus (hoje MAN Latin America), Peugeot-Citroën e a Galvasud (hoje CSN – Porto Real) no município recém emancipado de Porto Real; à reboque vieram a Votorantin Metais de Resende, a Hyundai no também recém emancipado município de Itatiaia e a NISSAN em Resende. Junto a estas empresas âncoras outras de menor porte nesta região se instalaram formando um grande cinturão de fornecedores. Assim se constituiu o grande polo metalomecânico da região sul do estado do Rio de Janeiro.

Tendo iniciado suas atividades em 1964 completou a AEDB, em 2014 seu 50° aniversário; sempre confiante no crescimento do município de Resende e região. A FER em 2016 completou 18 anos existência.

Portanto criada em 1998 a Faculdade de Engenharia de Resende se estabeleceu com seu firme propósito de colaborar para o desenvolvimento das necessidades educacionais na região das Agulhas Negras, envolvendo os municípios de Resende, Itatiaia, Quatis, Barra Mansa, Porto Real, Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro; os municípios de Silveiras, Cruzeiro, Bananal, São José do Barreiro, Arapeí, Areias, Queluz, no Estado de São Paulo; os municípios de Andrelândia, Passa Vinte, Santa Rita de Jacutinga, Bocaina de Minas e Itamonte, no Estado de Minas Gerais (somando 6.586 km^2 e mais de 900.000 habitantes).

A Faculdade de Engenharia de Resende – FER oferta a comunidade em 2016 cinco (5) cursos de engenharia e um (1) curso Superior de Tecnologia; a saber:

- **ENGENHARIA ELÉTRICA COM ÊNFASE EM ELETRÔNICA**
  - Autorização: Portaria nº 110 de 12 de fevereiro de 1998 – (DOU – 16/02/98).
  - Reconhecimento: Portaria nº 1.622 de 03 de junho de 2004 –(DOU – 07/06/04).
  - Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 2.138 de 03 de dezembro 2010 – (DOU– 06/12/10).

- **ENGENHARIA DE PRODUÇÃO HABILITAÇÃO AUTOMOTIVA**
  - Autorização: Portaria nº 797 de 11 de março de 2005 – (DOU – 14/03/05).
  - Reconhecimento: Portaria nº 1.506 de 08 de outubro 2009 – (DOU – 14/10/09).

- **CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL**
  - Autorização: Portaria nº 301 de 10 de dezembro de 2009 – (DOU – 15/12/09).

- Reconhecimento: Portaria nº 309 de 20 de maio de 2014 – (DOU – 21/05/14).

- **ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (COM ÊNFASE METALÚRGICA)**

  Autorização: Portaria nº 1.749 de 11 de dezembro de 2009 – (DOU – 14/12/09).

- **ENGENHARIA CIVIL**
  - Autorização: Portaria nº 1.854 de 10 de novembro de 2010 – (DOU – 11/11/10).

- **ENGENHARIA MECÂNICA**
  - Autorização: Portaria nº 693 de 17 de dezembro de 2013 – (DOU – 18/12/13).

No ano de 2016 a CPA era composta pelos seguintes membros conforme mostrado no quadro 1.1

Quadro 1.1 - Composição da CPA em 2015.

Nome	Segmento que representa
Joaquim Borges Rodrigues Júnior	Representante da Sociedade Civil Organizada
Priscila Varela	Representante do Corpo Discente
Igor Silva Rodrigues	Representante do Corpo Discente
Onofre Bueno Filho	Coordenador da CPA da FER
Julia Beatriz Matos Simon Esteves	Representante do Corpo Técnico-Administrativo
Joaquim Corrêa Pereira	Representante da Sociedade Civil Organizada
Nilza Magalhães Macário	Representante do Centro de Pesquisa, Pós - Graduação e Extensão.
Rosana Aparecida Ravaglia Soares	Representante do Corpo Docente
Raymundo Nonato dos Santos Junior	Representante do Corpo Técnico-Administrativo

O Período de mandato da CPA está estabelecido por três anos, com possibilidade de recondução.

Ata de designação da CPA: PORTARIA DA FER Nº 01, de 16 de abril de 2008.

Ata de recondução da CPA e designação do representante do corpo docente: ATA DA FER de 05/05/2011.

Ata de recondução da CPA e designação do representante do corpo docente, Coordenador e representante do corpo discente: ATA DA FER de 05/02/2014.

Conforme sugestão da Comissão do MEC para reconhecimento do curso de Engenharia de Produção Metalúrgica em 2014 a composição da CPA foi aumentada de forma a ter representatividade equilibrada; assim foi incluído o aluno Igor Silva Rodrigues de forma a termos dois representantes do corpo discente. Também a coordenação da CPA voltou para as mãos do Professor Onofre Bueno Filho.

A CPA–FER é parte integrante do SINAES e é responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A CPA adota como referência as diretrizes estabelecidas pelo SINAES, e compete à Comissão:

- Conduzir os processos de avaliação internos da Instituição;
- Sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP;
- Coordenar o processo de diagnósticos e planos de ações corretivas dos principais problemas enfrentados pela instituição;
- Acompanhar os processos de avaliação externa da instituição;
- Acompanhar a evolução do tema Avaliação do Ensino Superior junto ao MEC, no sentido de manter a instituição atualizada sobre esta discussão.

No quadro 1.2 é mostrado o calendário de reuniões ordinárias da CPA referente ao período de 2016.

Quadro 1.2 – Calendário de reuniões ordinárias 2016.

FACULDADE	REUNIÃO / 2016	DATA	TEMA PRINCIPAL
CPA FER	1ª Reunião Ordinária	12 Abr	Relatório de 2015 e Relatório de 2016
	2ª Reunião Ordinária	17 Ago	Revisão da Pesquisa dos Docentes e Técnico administrativo (conjunta)
	3ª Reunião Ordinária	23/Nov	Balanço do Ano

O planejamento estratégico se baseia nas análises das seguintes fontes:

- Relatório de pesquisa do corpo discente referente ao desempenho do corpo docente;
- Relatório de pesquisa do corpo discente referente ao desempenho dos serviços institucionais;
- Relatório de pesquisa do corpo docente referente aos aspectos pedagógicos, de infraestrutura e gestão da IES;
- Relatório de pesquisa do corpo técnico administrativo referente aos aspectos de infraestrutura e gestão da IES;
- Resultado do ENADE 2014;
- Resultados das avaliações externas anteriores ao período em questão.

Das análises se constrói planos de ação que são discutidos no âmbito da CPA, da direção e dos colegiados.

2. METODOLOGIA UTILIZADA PARA APURAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente relatório apresenta os últimos dados recolhidos através de pesquisa com o Corpo Discente (desempenho pedagógico do corpo docente e serviços prestados pela IES), aplicado em julho e novembro de 2016 respectivamente; também a pesquisa Corpo Docente e aprofundamento de informações das percepções do Corpo Técnico Administrativo colhido através de questionários. Ressalta-se que a pesquisa com o Corpo Discente e Docente é on-line e a pesquisa realizada com o corto técnico administrativo ainda é realizada de forma manual.

Dados da Ouvidoria também foram colhidos e respaldam informações e dados colhidos nas pesquisas acadêmicas; Relatórios de visitas *in loco* das comissões do MEC, bem como os índices de CPC, IGC e ENADE fornecem subsídios para realização do presente relatório. Também está contemplado neste relatório o respectivo Plano de ação oriundo das análises das percepções da comunidade acadêmica.

As pesquisas realizadas contemplam questões focados nos 10 eixos estabelecidos como temas para avaliação institucional.

A CPA tem buscado conscientizar a comunidade acadêmica da real necessidade de se perceber o momento para conhecer e analisar criticamente a IES e sua globalidade propondo medidas corretivas, tendo em vista a questão da melhoria contínua na qualidade acadêmica.

Em 2016 a pesquisa *on-line* realizada com o corpo discente foi vinculada a consulta do boletim dos alunos. Convites e chamadas foram realizadas para os diversos segmentos. Em 2015 a mesma pesquisa foi realizada de forma livre, porém os índices de participação foram muito baixos. Neste ano de 2015 o objetivo foi o de perceber a maturidade paras pesquisas e efetiva participação dos atores do processo de aprendizagem.

Para os egressos a IES disponibiliza um link no site para que estes atualizem suas informações e responda uma pesquisa própria

(http://www.aedb.br/egresso/); a IES busca desta forma obter informações quanto à formação do profissional e do cidadão. Um ícone está disponível na página de abertura do site (vide figura 2.1).

Figura 2.1 – Ícone disponível para pesquisa do egresso na FER.

A OUVIDORIA, órgão este aberto às comunidades interna e externa, tem se mostrado como órgão de apoio considerável para proposições de melhorias nos processos institucionais principalmente na agilidade de solução de problemas. Têm-se tornado dia a dia um canal de suma importância para a comunicação interna. Através do link http://www.aedb.br/ouvidoria/ é possível a qualquer membro da comunidade exprimir suas percepções, elogios, reclamações, entre outros sob a atuação da IES e seus membros. Também está disponível na página inicial um ícone (figura 2.2) que facilita o acesso da comunidade em geral.

Figura 2.2 – Ícone disponível para acesso à ouvidoria.

A pesquisa do corpo técnico-Administrativo busca obter informações sobre as condições de trabalho, a política de benefícios, a política de desenvolvimento e qualificação profissional, a infraestrutura, as condições de trabalho no setor e a autoavaliação do corpo técnico administrativo.

Um processo de autoavaliação deste porte inclui, necessariamente, a negociação e a participação dos envolvidos tanto nas decisões relativas

aos indicadores previstos quanto ao que diz respeito à definição das medidas decorrentes dos resultados obtidos.

- Apresentação e discussão dos resultados através de seminários e reuniões com a comunidade acadêmica e membros da CPA;
- Reunião com a Direção acadêmica para discussão do plano de ação tendo como base os anseios da comunidade acadêmica;
- Publicação dos resultados da autoavaliação no jornal AEDB notícias edição especial CPA, em quadros da sala dos Professores, quadros do Diretório Acadêmico, quadro da coordenação e quadro exclusivo da CPA, além da publicação no site da instituição no link da CPA (http://www.aedb.br/cpa/fer/bem_vindo.html).
- Em 2016 realizou-se a segunda semana da CPA; membros da CPA se revezaram na distribuição do Jornal AEDB Especial CPA, bem como na conversa com os alunos sobre a importância da CPA para a comunidade acadêmica.
- A CPA continua tendo como desafio para os próximos anos a reconstrução da página do egresso, de forma a se obter informações mais fidedignas desse agente.

O processo de autoavaliação, objeto desta proposta, deverá se desenvolver em cinco etapas, a saber:

- **Primeira Etapa: Sensibilização e divulgação**

  ✓ Planejamento e execução das ações pelos membros da CPA e reuniões ordinárias e extraordinárias para acompanhar o desenvolvimento do projeto;

  ✓ Apresentação do projeto de autoavaliação da IES à comunidade acadêmica por meio de reunião ordinária com membros da CPA; da divulgação à Comunidade Acadêmica, pelo site http://www.aedb.br/institucional/cpa/fer/; e em quadros afixados em locais estratégicos da IES, nos quais são apresentados a descrição da CPA e do seu trabalho, a relação dos integrantes da

CPA e os principais resultados das avaliações dos anos anteriores;

- ✓ Por ocasião da acolhida aos novos alunos, os Coordenadores, quando possível com participação de membros da CPA, falam aos novos alunos sobre a CPA e a importância de seu trabalho;
- ✓ No ano de 2016 foi elaborado o 3º AEDB Notícias, Edição Especial – CPA. Trata-se de um número especial do periódico institucional que trata especificamente das CPA. A distribuição deste número especial foi feita pelos próprios membros das Comissões, apoiados por integrantes dos Diretórios Acadêmicos, que aproveitavam para discorrer sobre o trabalho das CPA para os alunos.

- **Segunda Etapa: Desenvolvimento**

Nesta etapa são levantados os documentos oficiais que definem as políticas e prioridades da IES e são revistos e organizados os meios de coleta dos dados necessários à autoavaliação. A coleta de dados se dá, basicamente, pelos seguintes meios:

- ✓ Registros da ouvidoria.
- ✓ Observações trazidas pelos diversos participantes da CPA, buscadas e previamente discutidas junto aos segmentos que representam.
- ✓ Pesquisa junto ao discente sobre a qualidade do ensino.
- ✓ Pesquisa junto ao discente sobre a qualidade institucional.
- ✓ Pesquisa junto ao docente sobre a qualidade institucional.
- ✓ Pesquisa junto ao corpo técnico-administrativo sobre a qualidade institucional.
- ✓ Pesquisa junto ao egresso sobre a qualidade de ensino e a qualidade institucional.

- **Terceira Etapa: Análise dos dados levantados**

Esta etapa contemplará as percepções dos atores envolvidos com a prática institucional e com representantes da sociedade. É utilizada a

abordagem qualitativa, por meio de reuniões e trocas de mensagens por meio eletrônico, cujo ponto central é o debate para a coleta de percepções, expectativas e desejos da comunidade acadêmica a respeito do papel e futuro da IES. Esta metodologia qualitativa/participante é versátil, pois é, ao mesmo tempo, um instrumento de coleta de dados e um instrumento de intervenção e participação das pessoas numa reflexão sistematizada sobre o que faz a Instituição, sempre contextualizando e situando nos propósitos da IES.

- **Quarta Etapa: Consolidação do Relatório de Autoavaliação**

Os resultados do processo de autoavaliação serão consolidados em um relatório que destaque as principais características relativas às dimensões abrangidas por cada eixo e suas inter-relações, destacando os pontos fortes, os pontos fracos, proposições e medidas para correção de rumos da IES.

- **Quinta Etapa –Divulgação e Discussão dos Resultados**

No ano de 2016 foram divulgados os resultados da autoavaliação de 2015 com uma nova formatação. Foi replanejada e realizada a "segunda Semana da CPA", na qual membros da CPA ocuparam, mediante rodízio, um estande no qual constaram os principais resultados das pesquisas realizadas, bem como as ações realizadas e as que estavam em curso. Neste evento foi explicado ao corpo discente o papel da CPA e coletadas impressões da Comunidade Acadêmica sobre os dados levantados e suas sugestões.

Ainda nesta fase, o relatório de autoavaliação será postado no site da IES para acesso por toda a Comunidade Acadêmica. Esta postagem será amplamente divulgada pelos diversos meios de comunicação da IES.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. EIXO 3 - DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, E A EXTENSÃO

Nas Articulações e concepções do curso estão previstos os princípios metodológicos para diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística, patrimônio cultural, direitos humanos e igualdade étnico-racial.

A FER e todos os seus cursos dão tratamento da educação ambiental, dos direitos humanos e da educação das relações étnico-raciais, no âmbito de cada curso e ocorre pela oferta de disciplinas e de forma transversal e interdisciplinar. Entende-se que uma e outra são práticas sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania.

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, destaca-se o Parecer CNE/CP n. 003, de 10 março de 2004, com ênfase para os princípios que indicam o reconhecimento da igualdade da pessoa humana como sujeito de direitos; a necessidade de superação da indiferença e da injustiça com que os negros e os povos indígenas vêm sendo tratados historicamente; a importância do diálogo na dinâmica da sociedade brasileira, essencialmente pluriétnica, e que precisa ser justa e democrática; a necessidade de valorização da história e da cultura dos povos africanos e indígenas na construção histórica da sociedade brasileira; a indispensável implementação de atividades que exprimam a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade.

Metodologicamente, cada disciplina requer procedimentos diversificados, de modo que os estudantes encontrem condições didático-pedagógicas para estabelecer relações entre a educação ambiental e a

educação das relações étnico-raciais com a dinâmica da sociedade brasileira atual, em particular no que se refere aos direitos que conformam uma vida cidadã, bem como sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos assuntos estudados e experiências vividas.

A Educação ambiental acontece de forma direta nos cursos através da disciplina Ciências do Ambiente; As questões da Educação das relações étnico-raciais e a sociedade, bem como as relações dos direitos humanos são desenvolvidas pela disciplina Ciências Humanas e Sociais

A introdução das questões relacionadas ao meio ambiente nos currículos escolares do Brasil ganhou novo impulso após a Rio 92. Atualmente, a Educação Ambiental amplia cada vez mais seu espaço nos sistemas de ensino, em decorrência da importância dada à temática ambiental pela sociedade, ao destaque que os temas transversais adquiriram com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental (que incluem o Meio Ambiente como um dos temas transversais), e à promulgação da lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Em seu artigo 2º-, a lei dispõe que "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e "não formal".

A educação ambiental também é desenvolvida ao longo do curso de forma interdisciplinar e transdisciplinar desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. O tema ambiental é trabalhado através do estímulo à compreensão das noções básicas do empreendedorismo socialmente responsável, relacionando os principais elementos conceituais e procedimentais necessários ao exercício do cidadão e/ou organização empreendedora para a sustentabilidade do planeta. Deseja-se que a devida conscientização dos discentes na análise de tomadas de decisão enquanto empreendedores socialmente responsáveis possa desenvolver o

senso crítico no egresso, entregando à sociedade um profissional capacitado e apto a decidir por ações condizentes com a ética ambientalmente correta.

A Educação das relações étnico-raciais é desenvolvida através de temáticas norteadas para a estrutura social e aspectos étnico-culturais; o etnocentrismo e questão racial no brasil: índios; o etnocentrismo e questão racial no brasil: africanos; os grupos étnicos na sociedade brasileira contemporânea; a cidadania e democracia na formação da sociedade brasileira; as políticas de inclusão social; os direitos sociais no Brasil; e as relações étnico-raciais e educação inclusiva na sociedade brasileira contemporânea.

A Educação para os Direitos Humanos considera os direitos humanos como um dos eixos fundamentais do direito à educação; refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

A partir desses marcos legais, a FER/AEDB, em seu papel de instituições sociais irradiadoras de conhecimentos e práticas novas, assumiu o compromisso com a formação crítica, a criação de um pensamento autônomo, a descoberta do novo e a mudança histórica, de modo a participar ativamente da construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, por meio de ações interdisciplinares, com formas diferentes de relacionar as múltiplas áreas do conhecimento humano com seus saberes e práticas. Tal perspectiva se alinha ao descrito no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, desenvolvido pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos no ano de 2008.

Os alunos da AEDB / FER, ao concluírem os Cursos de Engenharia e tecnológicos, têm a opção de continuar seus estudos em nível de pós-graduação ou mesmo na busca de uma segunda graduação na própria instituição de ensino.

A Pesquisa e Extensão, indissociável ao ensino é conduzida pelo CPGE – Centro de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão que foi implantado em 1998 com o objetivo de propiciar a participação dos professores, alunos e também dos egressos, nos trabalhos de pesquisa científica e de extensão universitária. Pesquisas e projetos são incentivadas e fomentadas nas disciplinas do curso, assim como as atividades de iniciação científica.

Para os alunos em Graduação são previstas as atividades de Iniciação Científica, Estágios, Atividades Complementares e trabalhos de conclusão de curso. São atividades que visam o desenvolvimento de trabalho técnico multidisciplinar, propicia a criatividade, a iniciativa, o trabalho em equipes e o aprimoramento profissional do estudante. Os diversos cursos de engenharia da FER planejam desenvolver projetos de conclusão de curso nos moldes de estudos de casos identificados nas indústrias e na sociedade, inclusive buscando a integração dos cursos de Engenharia existentes.

A Semana de Atividades Científicas – SEAC ocorre anualmente e está em sua XIV edição. Nesta semana alunos e egressos apresentam trabalhos científicos realizados durante o curso de graduação. Os alunos são motivados a participarem com ofertas das seguintes possibilidades de incentivo:

- Carga horária de atividade complementar;
- Aquisição de pontos em disciplinas relacionadas com a atividade em que o aluno participar;
- Equivalência do documento apresentado (pôster, artigo, comunicação, etc) a trabalho de disciplina correlata;
- Certificados de presença para todos os alunos participantes;
- Certificados de expositor de trabalho.

As diversas disciplinas dos cursos desenvolvem atividades práticas como metodologia de ensino de forma a se ter a possibilidade de avaliar o aluno continuadamente. Assim entende, a Direção e Coordenações de

curso, ser uma forma que busca atender requisitos do currículo oculto dos profissionais, tais como: capacidade para o trabalho em equipe, iniciativa, criatividade, ética, liderança, inovação, entre outras que são inerentes ao bom desenvolvimento da profissão de Engenheiro.

As visitas técnicas fazem parte do rol de atividades dos alunos; durante todo o processo de operacionalização dos cursos de Engenharia e tecnológicos, sistematicamente os alunos, a partir de iniciativas do Diretório Acadêmico ou dos Professores e sob tutela de cada coordenação são incentivados a visitarem em grupo, sob orientação, as indústrias da região nos seus diversos segmentos; também a participação em eventos do tipo feiras e seminários são incentivados e subsidiadas.

A Empresa Junior foi implantada na AEDB Em 1995. A FER também incentiva seus alunos a participarem e buscarem oportunidades de atividades profissionais através dessa iniciativa. A Empresa Junior de acordo com o Estatuto possui uma organização de empresa atendida por um Conselho de Administração e uma Direção Executiva, composta pelo Diretor Presidente e mais cinco Diretores, a saber: Financeiro, Projetos, Marketing, Relações Públicas e Administrativas.

Além do estágio supervisionado previsto como parâmetro curricular no último ano de curso a FER motiva os alunos a realizarem estágios outros que visem desenvolver a cultura de empresa e o currículo oculto, ou seja, competências não desenvolvidas formalmente durante o período de estudo, mas de igual importância para construção do cidadão profissional pleno. Este processo remunera o graduando com uma bolsa e benefícios de alimentação, transporte e saúde, além de seguro de acidentes.

Complementando às atividades acadêmicas são oferecidos ainda aos alunos oportunidades em programas de iniciação científica, monitoria, etc.

3.1.1. Estrutura e Conteúdo Curricular

Para proporcionar as habilidades e competências almejadas, os Conteúdos Programáticos são frequentemente revisados, perante as

exigências do mercado de trabalho e a realidade das condições dos alunos ingressos, mas sempre obedecendo as exigências estabelecidas pela legislação.

No intuito de sanar as deficiências trazidas pelos alunos oriundos do Ensino Fundamental e Médio, nas matérias de Matemática e Física, faz-se necessário a implantação de programa de nivelamento de estudos nestas áreas, com a finalidade de preparar efetivamente o aluno para as disciplinas próprias do Curso de Engenharia e tecnologia, procurando-se desta forma minimizar a evasão devida a tais deficiências, sem no entanto prejudicar o contexto do curso.

Visando adequar o ensino a era da informática, nos moldes em que se processa, a disciplina Processamento de Dados é ministrada logo no primeiro ano, proporcionando ao aluno a ambientação com os recursos que terá contato no decorrer do curso, inclusive para pesquisas via Internet com responsabilidade e ética.

Ainda no 1º ano, a disciplina de Introdução à Engenharia orienta os alunos a realizarem e exporem trabalhos de cunho científico e contextualizados ao longo do curso.

As disciplinas, Língua Portuguesa e Comunicação (1º ano) e Inglês Técnico, (2º ano) com a utilização das TICs na plataforma MOODLE visam melhorar a capacitação de interpretação e de expressão, e preparar o aluno para o acesso a informação técnica na língua inglesa.

A disciplina de Tópicos Especiais, no 5º ano, privilegia temas atuais de interesse de cada curso de engenharia.

A integralização dos cursos de engenharia da FER prevê conteúdos próximos nas duas primeiras séries do curso; assim a expectativa é de homogeneizar conhecimentos básicos e necessários para a formação generalista do Engenheiro.

A Carga horária total curricular mínima nas duas primeiras séries de : 1.725 horas –aula de 50 min. , ou 1.484 horas efetivas nos 2 primeiros anos dos cursos de engenharia com módulos comuns. Exclui desse cálculo

50 horas de Atividades Complementares nos dois (2) primeiros anos de curso.

A Carga horária total curricular comum às Engenharias: 2.365 horas-aulas de 50min, ou 1.971 horas-aulas efetivas. Exclui desse cálculo 100 horas de Atividades Complementares e 160 horas de estágio supervisionado.

Os cursos de Engenharia se realizam em 5 anos letivos e cada ano letivo conta com um mínimo de 240 dias letivos (inclui sábados para as práticas investigativas e trabalhos escolares). Os cursos Superiores de tecnologia se realizam em 3 anos letivos e cada ano letivo conta com 240 dias letivos (inclui sábados).

A forma de acesso é pelo vestibular ou ENEM; também são aceitos estudantes oriundos de outras instituições após avaliação dos respectivos currículos.

As aulas são de 50 minutos em número de 4 por turno. A integralização dos cursos de Engenharia se dá com um mínimo de 3600 horas efetivas acrescidas de 100h de atividades complementares e 160h de estágio supervisionado. Para os cursos Superiores de Tecnologia a integralização é de no mínimo 2400 horas efetivas acrescidas de 200h de estágio supervisionado e 100h de atividades complementares.

A disciplina de LIBRAS é ofertada como optativa em todos os cursos da FER com 40 horas.

As aulas são desenvolvidas de forma expositiva, dialogada, experimental utilizando técnicas de Metodologias Ativas. A infraestrutura disponível são salas de aulas amplas, iluminadas e ventiladas mobiliadas de forma a permitir o processo de ensino; dispõem de quadros brancos para escrita e projeção.

Os espaços de laboratórios, ambientes e cenários de práticas didáticas atendem maneira excelente as necessidades institucionais considerando os aspectos espeço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).

Os laboratórios e ambientes de prática profissional/didática atendem de maneira excelente as necessidades institucionais considerando os aspectos serviços e normas de segurança.

As TICs – Tecnologias de informação e comunicação são aplicadas às diversas disciplinas da estrutura curricular; o ensino para estas disciplinas elencadas se processa de forma semipresencial (50% presencial e 50% à distância utilizando-se a plataforma MOODLE. Observa-se que o total de horas destinadas ao ensino na modalidade à distância não ultrapassa 20% dos totais de cada curso. Em 2014 as disciplinas Língua Portuguesa e Comunicação, Introdução à Engenharia, Processamento de dados, Ciência e Tecnologia dos Materiais, Língua Inglesa Técnica, Ingês experimental, Informática Básica e Português Instrumental foram operacionalizadas nesta modalidade.

Os Procedimentos Educacionais desenvolvidos, para atingir seus objetivos, procuram conciliar a liberdade de cátedra, o conteúdo programático das disciplinas e o mundo real de suas aplicações. Desta forma entrosando matérias, no sentido de promover a interdisciplinaridade nos estudos. Assim é estruturada uma organização que procura deixar claro para todos os participantes do processo de aprendizagem, as respectivas parcelas de comprometimento.

Práticas Pedagógicas Inovadoras são desenvolvidas durante a formação; a FER procura inovar pedagogicamente quando, através de convênios e parcerias com as empresas insere o mais rápido possível o estudante no mundo do trabalho já nos primeiros anos do curso. O estudante tem ao seu dispor laboratórios "vivos" que são a realidade das empresas; o estudante então permanece 6 horas (como estagiário) na empresa e após se desloca para desenvolvimento de conhecimentos na Faculdade. Dessa forma é possível durante o tempo que o estudante permanece em bancos escolares, desenvolver paralelamente o que denominamos de currículo oculto e cultura de empresa. Percebe-se que o estudante faz uma imersão de no mínimo 10 horas diárias com atividades

pertinentes ao curso. O Estudante ao se formar está pronto a atuar como Engenheiro ou Tecnólogo na empresa que o acolheu. Muitos de nossos Professores atuam também no ambiente de fábrica como Supervisores, Engenheiros de Projeto, Gerentes de Projeto, Manutenção ou Produção e Diretores o que facilita o desenvolvimento do aprendizado.

As rápidas mudanças tecnológicas na sociedade, tanto nas formas de trabalhar quanto na vida doméstica de todos os cidadãos, exigem o uso de táticas educacionais inovadoras que permitam a todos alcançarem o seu potencial pleno. Orienta-se para o ensino presencial utilizar-se da metodologia AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem; assim pensado e operacionalizado para a utilização da plataforma MOODLE para todas as disciplinas dos diversos cursos da AEDB / FER. Como descrito anteriormente o ensino semipresencial já é realidade consolidada nos diversos cursos da FER utilizando-se da metodologia AVA. O termo EAD está ligado a educação e refere-se à prática educativa e ao processo ensino aprendizagem de forma cotidiana através das TICs – Tecnologias Informatizadas de Comunicação, que conduz o aluno a aprender a aprender, a saber, pensar, criar, inovar, construir conhecimentos, participar ativamente de seu próprio crescimento.

As Metodologias Ativas estão sendo implementadas. A FER faz parte do consórcio de dezoito IES brasileiras que em parceria com a LASPAU e a Universidade de Harvard desenvolvem metodologias de aprendizagem que conduzem o estudante para a aprendizagem por vivência.

Este novo sistema de ensino distingue-se como uma modalidade não convencional de educação, capaz de atender com grande perspectiva de eficiência, eficácia e qualidade o ensino dos conhecimentos gerados de forma cada vez mais intensa pela ciência e cultura humana. (PETERSON'S,2000).

3.1.2. Políticas de Estágio

O Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior; assim conforme regulamenta as DCNs deve fazer parte do projeto pedagógico do curso, integrando o itinerário formativo do educando. O Estágio Curricular Supervisionado compreende o conjunto de atividades técnico-científicas realizadas, pelos alunos da graduação em organizações de direito público, privado e de outras naturezas, com o objetivo de complementar o ensino através de experiência prática na sua linha de formação.

As políticas de Estágio Curricular Supervisionado na FER visam garantir a qualidade acadêmica dos estágios em organizações, conjuminando os ensinamentos teóricos à vivência prática, na área de atuação do aluno de graduação. Os estágios supervisionados curriculares são regidos por legislação própria. Em 2008 o Governo Federal publicou a nova Lei que regulamenta as atividades de Estágio: A Lei 11.788 de 2008.

3.1.3. Políticas de Atividades Complementares e Práticas Profissionais

As políticas de Atividades Complementares englobam também práticas profissionais excludentes ao Estágio Supervisionado; possuem o caráter de desenvolvimento de atitudes profissionais fora do ambiente estritamente escolar no que tange aos horários exclusivamente de aulas programadas de acordo com as matrizes curriculares. Tem na verdade o objetivo de estimular a integração dos alunos ao participarem de atividades:

- tipicamente acadêmicas como: ensino, pesquisa e extensão;
- em eventos científicos e de responsabilidade social;
- de iniciação às atividades profissionais.

Conforme Resolução 2/2007 que delibera sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, as atividades complementares integram a parte flexível do currículo. A Faculdade de Engenharia de Resende em seus cursos disponibiliza a todos os alunos oportunidades de participarem de Atividades Complementares. A coordenação orienta os estudantes sobre o diferencial de se dedicar a este tipo de atividade; assim muitos alunos participam de estágios "não curriculares" em empresas da região; outros participam do Diretório Acadêmico; projetos de monitoria na própria IES; outros atuam como tutotres em projetos de reforço escolar nas escolas de ensino médio da cidade e região; outros ainda participam de cursos, eventos como visitas técnicas a feiras tecnológicas e empresas e congressos técnicos.

3.1.4. Políticas de Educação Inclusiva

As Políticas de Educação Inclusiva - A instituição compreende a educação como direito humano fundamental, base para uma sociedade mais justa, e, tem como política, garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades especiais. Para tanto a Instituição fez adequações (mantém uma política de melhorias constantes em suas instalações) ao seu projeto arquitetônico para eliminar barreiras permitindo o acesso dos estudantes portadores de deficiência física aos espaços e equipamentos de uso coletivo, tais como:

• elevadores – A IES possui cinco elevadores de forma a permitir o acesso a qualquer dos andares dos prédios 1, 2, 3, 4 e 5; o prédio 5 conta também com rampas de acesso e escadas de emergência exterior ao prédio em caso de sinistro. Há ligação por rampas entre todos os prédios e respectivos andares;

- construção de rampas – Em todas as instalações foram construídas rampas de acesso para eliminação de pequenos degraus nos acessos de mesmo andar;
- instalação de corrimão;
- adaptação de portas;
- banheiros adaptados e específicos para pessoas com deficiência;
- adequação de altura aos equipamentos;
- vagas reservadas no estacionamento; e
- documentos acadêmicos ampliados.

Para os alunos com deficiência visual/auditiva a política da Instituição é do compromisso formal em proporcionar as condições de acesso para permanência e conclusão do curso, por meio dos serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Para os alunos de todos os cursos existe a flexibilidade do ensino de LIBRAS. Entende a IES que através deste processo permitirá acessibilidade à vida no trabalho das pessoas com deficiências de fala e audição, pois os profissionais aqui formados e inseridos no mercado de trabalho poderão recepcionar pessoas com este tipo de deficiência. A IES desenvolve ação social também através de parcerias com as Prefeituras de Resende e dos municípios de seu entorno tais como: Itatiaia, Porto Real, Arapeí-SP, Queluz-SP, Bocaina de Minas-MG, Liberdade-MG, São José do Barreiro-SP, Passa Vinte-MG. Neste Mister a IES oferta bolsas de estudos que variam de 25% a 100% aos egressos do ensino médio; as prefeituras arcam com o transporte destes alunos.

3.1.5. Políticas para Oferta de Cursos e Programas

A FER – Faculdade Engenharia de Resende oferta cinco (5) cursos de graduação no segmento engenharia com a titulação de Bacharel e um (1) curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial. As vagas por série de cada curso estão assim distribuídas:

- Engenharia Elétrica – 120 vagas;
- Engenharia de Produção Automotiva – 120 vagas;
- Engenharia de Produção Metalúrgica – 80 vagas;
- Engenharia Civil – 120 vagas;
- Engenharia Mecânica – 100 vagas; e
- CST Automação Industrial – 120 vagas.

Logo com um total de 520 vagas por série em 5 anos nos cursos de engenharia perfazendo uma capacidade total de até 2600 alunos nos cursos de engenharia e 360 alunos no CST Automação Industrial. A FER em 201 operou com 25 turmas no total.

3.1.6. Processo de Avaliação

A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. Independentemente dos demais resultados obtidos, serão considerados reprovados na disciplina os alunos que não obtenham frequência, no mínimo de setenta e cinco por cento (75%) das aulas e demais atividades programadas. A verificação e registro da frequência são de responsabilidade do professor, e seu controle, para efeito de parágrafo anterior, da Secretaria.

O aproveitamento escolar é avaliado através de aproveitamento contínuo do aluno, mediante verificações parciais, durante o período letivo e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares, nas verificações bimestrais e no exame final em notas de zero (0,0) a dez (10,0).

Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas e determinar os demais trabalhos, bem como lhes julgar os resultados. O professor, a seu critério ou a critério da respectiva coordenação, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse que podem ser computados nas notas ou conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pelos colegiados de curso.

O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento, nas datas fixadas, pode requerer uma prova substitutiva de 2ª chamada, conforme legislação, para cada disciplina. Como a realidade escolar difere do que se prega na legislação e em função da necessidade de se minimizar evasão escolar a FER possibilita ao aluno que falte avaliações por motivos não inclusos na legislação, mas devidamente comprovado, uma prova substitutiva (PER – Prova Especial de Reposição) com critérios diferentes daqueles adotados para a concessão das provas de 2ª chamada.

Os exercícios escolares, em número mínimo de 04 (quatro) por período letivo anual, visam à avaliação progressiva do aluno e constam de provas escritas (no mínimo uma), trabalhos escritos ou orais, seminários e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

O exame final realizado no fim do ano letivo visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e consta de prova escrita versando toda a matéria lecionada.

Pode ser concedida revisão de nota atribuída aos exercícios escolares e ao exame final. Após os períodos de aplicação dessas avaliações a FER possibilita uma avaliação qualitativa do desempenho dos alunos; os Professores fazem o exercício da vista de prova denominado como período de RETAP – Retificação de Aprendizagem.

O aluno é considerado aprovado se:

I – independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 7,0 (sete, zero) correspondente à média aritmética dos exercícios escolares;

II – mediante exame final, o aluno que tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 7,0 (sete), porém não inferior a 3,0 (três), obtiver nota final igual ou superior a 5,0 (cinco), correspondente à média aritmética entre a nota dos exercícios bimestrais e a nota do exame final. Aplica-se à aprovação em 2ª época ao aluno que não

obtiver aprovação no exame final, substituindo-se a nota do exame final pela do exame de 2ª época.

É promovido à série seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas da série cursada, admitindo-se ainda a promoção com a dependência em até 02 (duas) disciplinas desta série.

3.1.7. Observação dos Resultados – Políticas de Ensino

Em relação a este aspecto, a pesquisa ao docente sobre a qualidade institucional realizou diversas perguntas (7 a 9, 11 a 21, 24 a 26 e 49) que evidenciaram, a partir da análise dos resultados os seguintes aspectos, **na percepção do corpo docente:**

- O ensino desenvolvido na IES atende às demandas sociais e oferece espaço para reflexão e discussão de seus rumos (mais de 80%).
- As práticas institucionais estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações e o uso de tecnologia (83%).
- Há coerência entre a produção científica, a missão institucional e as políticas específicas (87%) e a IES possui meios de divulgação da produção intelectual, artística e cultural do Corpo Docente e Técnico Administrativo (84%).
- Um percentual de 54% dos professores afirma que há políticas de incentivo à realização de pesquisa e à formação de pesquisadores, enquanto 28% não sabem informar.
- Um percentual de 16% dos docentes não conhece os simpósios realizados pela IES e 35% desconhecem a política de auxílio às apresentações em eventos científicos.
- Apenas 61% dos docentes considera que existe articulação das atividades de extensão com as demandas do entorno e este mesmo percentual considera seu impacto satisfatório (44%) ou muito satisfatório (17%).

- Apenas 54% consideram que as atividades de extensão estão integradas com o ensino e a pesquisa, contra 34% que não sabem informar e 5% considera não haver esta integração.
- Em relação à pós-graduação, 70% dos docentes consideram que os cursos oferecidos têm relação com as atividades acadêmicas da IES e 22% não sabem informar.
- Cerca de 49% dos docentes não conhece as políticas de formação de pesquisadores e 25% não conhecem as instâncias que fornecem bolsas de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação ao Corpo Discente, a pesquisa apontou os seguintes resultados, nos itens 3 a 6 e 32:

- No que diz respeito ao ensino, cerca de 65% dos alunos considera que o currículo de seu curso atende bem ou muito bem à efetiva capacitação às atividades profissionais; cerca de 81% percebem que o curso oferece outras oportunidades de desenvolvimento, além das aulas; e 75% identifica competências transversais desenvolvidas pelo conjunto de disciplinas do curso.
- Cerca de 85% têm conhecimento das ações comunitárias desenvolvidas na IES.
- Um pequeno percentual de alunos afirma perceber e considerar como positivos os projetos de iniciação científica (10,1%) e de extensão (4%).
- De modo geral o corpo discente tem uma percepção bem distribuída acerca das diversas ações destinadas ao apoio ao aluno em seu desenvolvimento acadêmico.

O Corpo Técnico Administrativo considerou que a IES possui meios de divulgação da produção intelectual (100%) e que promove ou colabora com ações voltadas às necessidades da Comunidade (89%).

Os integrantes da CPA perceberam uma distância entre a pós-graduação e a graduação e destas com algumas atividades de pesquisa e

extensão. Foi ressaltado que desde o ano de 2015 a direção vem tentando diminuir esta distância ao promover as reuniões mensais de integração, as quais incluem os diretores das três IES com seus respectivos coordenadores e com a coordenação do Centro de Pós-graduação, pesquisa e extensão (CPGE), porém não foi possível assegurar que elas tenham cumprido seu papel de planejamento conjunto das atividades. Foi percebida, ainda, uma distância em termos administrativos. Os integrantes lembraram que a Semana de Atividades Científicas (SEAC) é um momento em que esta integração ocorre de maneira clara, sendo um bom exemplo para as demais atividades.

Em relação à pesquisa, foi apontada a necessidade de maior estímulo à pesquisa, já que a IES tem sido muito reconhecida pela formação para o mundo do trabalho, mas nem tanto pela formação para o meio acadêmico.

3.2. EIXO 3 - DIMENSÃO 4 – COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

3.2.1. Comunicação Externa

As parcerias existentes constituem valores altamente positivos para a formação delineada orientada pelo PDI e contida nos Projetos Pedagógicos dos cursos e programas em funcionamento. A IES possui meta para ampliar o número de parcerias, inclusive buscar parcerias internacionais. Na sequência apresentamos uma lista de parceiros que dialogam com a IES no sentido de cooperação mútua:

1. Fundação Getúlio Vargas (Parcerias para cursos de Pós- Graduação);
2. Prefeituras da região (Participação da AEDB – FER no projeto Cercanias com as prefeituras, participação com responsabilidade por estabelecimento de convênios para inserção de munícipes nos cursos de graduação);

3. Prefeitura Municipal de Resende (convênios para prestação de consultorias, atendimento as demandas para criação de cursos de graduação e extensão, participação nos conselhos municipais de educação e meio ambiente incluindo a cessão de espaços para eventos conduzidos pelas secretarias municipais, dentre outros);
4. Volkswagen Caminhões e ônibus (convênio com as empresas MAN Caminhões e ônibus e Peugeot Citroën para criação de novos cursos, atividades de extensão - treinamentos e consultoria através do NCI – Núcleo de competitividade Industrial, estágios);
5. AGEVAP – Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (consultoria e Processo Seletivo);
6. Santa Casa de Resende (Membro do Conselho consultivo e projetos de extensão);
7. NOVARTIS E ARCHROMA (Membro do Conselho consultivo, atividades de extensão - treinamentos);
8. Parque Nacional de Itatiaia (membro do Conselho consultivo, atividades complementares, pesquisa, extensão, estágios);
9. Prefeitura Municipal de Porto Real (convênios para prestação de consultorias e treinamentos);
10. Parque Estadual da Pedra Selada (Membro do Conselho Consultivo);
11. Ministério do Meio Ambiente – Projeto SALA VERDE;
12. UNESP – Universidade Estadual Paulista – Projeto Mestrado Profissional em Engenharia de Produção.

A IES possui profundo apreço da comunidade regional; A IES criou o NIC – Núcleo interno de Comunicação; se comunica com a comunidade externa através da prestação de serviços de orientação técnica, através de entrevistas em rádios e TV´s, bem como na imprensa escrita. A IES é comprometida com a Missão e se manifesta através dos diversos serviços prestados aos diversos organismos da comunidade interna e externa. O site da IES também é acessado pela comunidade externa e apresentam as informações acerca de todos os cursos de graduação e Pós-Graduação,

dos projetos de extensão, além de informações outras relativas às diversas atividades da IES. A CPA possui representação da comunidade civil organizada; seus relatórios, constituição e link para contatos estão na página da instituição no endereço http://www.aedb.br/institucional/cpa/. A ouvidoria possui canal de comunicação aberto a toda comunidade constando no site da IES http://www.aedb.br/servicos/ouvidoria/ . A rádioweb (Estação AEDB) está implantada e se comunica com a comunidade externa através do link http://www.estacaoaedb.com.br/. A sala de Imprensa http://www.aedb.br/servicos/sala-de-imprensa/ é acessada pela comunidade externa e contém as edições do periódico institucional AEDB NOTÍCIAS e uma galeria de imagens. Este periódico possui também versão impressa que é distribuída à comunidade acadêmica.

3.2.2. Comunicação Interna

A IES é comprometida com a Missão e se manifesta através dos diversos serviços prestados aos diversos organismos da comunidade interna. Na verificação *in loco*, realizada pela comissão do MEC para recredenciamento da IES em agosto de 2010 verificou-se que os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação com a comunidade interna funcionavam aquém do referencial mínimo de qualidade, não possibilitando a interação e divulgação das ações acadêmicas. Ainda neste mesmo ano foi reestruturada a OUVIDORIA que se consolidou juntamente com o jornal AEDB NOTÍCIAS como importantes canais na comunicação interna. Em 2012 foi implantada a rádio web (Estação AEDB); esta se comunica com a comunidade acadêmica através do link http://www.estacaoaedb.com.br/ e a AGÊNCIA EXPERIMENTAL DE PROPAGANDA E MARKETING que em 2013 evoluiu para o NIC – Núcleo Integrado de Comunicação que são instrumentos de comunicação mais atuais com a comunidade acadêmica interna e comunidade externa. As

Faculdades Dom Bosco estão presentes nas redes sociais através do link: https://www.facebook.com/FaculdadesDomBosco.

A comunicação interna ocorre fortemente através do site das Faculdades Dom Bosco www.aedb.br. O site é acessado tanto pela comunidade externa como pela comunidade interna e apresenta as informações acerca de todos os cursos de graduação e Pós-Graduação, atividades de extensão, além de informações outras relativas às diversas atividades da IES. A CPA possui representação da comunidade interna e constitui-se em importante canal de comunicação; seus relatórios, constituição e link para contatos estão na página da instituição no endereço http://www.aedb.br/institucional/cpa/. O corpo discente além do site se comunica internamente com a tesouraria, biblioteca e secretaria de atendimento. Quadros de avisos fixados nos corredores, salas de aula e laboratórios; memorandos e formulários padrão são utilizados entre os setores internos para encaminhamento de documentos.

A sala de Imprensa http://www.aedb.br/servicos/sala-de-imprensa/ é acessada pela comunidade acadêmica e contém as edições do periódico institucional AEDB NOTÍCIAS e uma galeria de imagens. Este periódico possui também versão impressa que é distribuída à comunidade acadêmica.

Hoje o sistema de comunicação da IES supera as expectativas do indicador para este item. Está sendo implementado um sistema de rádio interno integrado ao NIC que fornecerá informação em tempo real à comunidade acadêmica. Essa ação visa melhorar as questões de ruídos e falhas de comunicação entre os setores internos. Esta foi a principal crítica do corpo técnico-administrativo através das pesquisas respondidas a CPA. No site da IES as informações eram disponíveis, porém não eram integradas. Para solução deste problema reformulou-se o site e implantou-se um novo sistema de gestão acadêmica da IES: o GENNERA que é um sistema integrado de arquitetura moderna utilizando-se de tecnologias de *cloud* (nuvem) e SAAS (Software como serviço), permitindo maior flexibilidade, facilidade no acesso e segurança da informação; um bom

exemplo é o boletim on-line e lançamento on-line de notas por parte do Corpo Docente. A reformulação do site www.aedb.br permitiu atualização mais dinâmica das informações, além de páginas com *lay-out* mais moderno e amigável.

Para o Corpo Discente, em todo início de ano letivo, é distribuído o Manual do Aluno que contém a descrição dos direitos e deveres, bem como regimentos para ingresso e ou admissão, incentivos e bolsas para o estudante, serviços e procedimentos burocráticos. O manual do corpo docente é distribuído aos Professores. Os novos docentes tomam conhecimento do manual no momento de admissão ou nos encontros pedagógicos regulares.

Anualmente os diversos segmentos (Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico administrativo) respondem a pesquisa de satisfação; avaliam os diversos setores da IES incluindo espaço para crítica e sugestões. Os egressos acessam o portal do ex-aluno e atualizam suas informações pessoais e simultaneamente avaliam a IES e seus cursos.

A Ouvidoria tem se consolidado como forte aliada no conhecimento e soluções de problemas. O Ouvidor, de posse das informações relacionadas principalmente ao corpo discente, encaminha à Direção e as Coordenações de curso ou aos órgãos responsáveis pela ocorrência apresentada. Estes ao darem solução reportam ao autor da ocorrência.

A CPA publica periodicamente uma edição especial do AEDB NOTÍCIAS levando à comunidade acadêmica as informações relativas às pesquisas de satisfação, seus membros, ações tomadas e resultados alcançados.

3.2.3. Observação dos Resultados – Comunicação com a Sociedade

Em relação a este aspecto, a pesquisa ao docente sobre a qualidade institucional realizou as perguntas 30 e 31 que evidenciaram os seguintes aspectos, na percepção do corpo docente:

- Um percentual de 13% dos professores não sabe informar se os meios de comunicação da IES apresentam as informações necessárias sobre as atividades da IES.
- Um percentual de 85% dos docentes considera o serviço da ouvidoria satisfatório ou muito satisfatório.

Em relação ao Corpo Discente, a pesquisa apontou os seguintes resultados, nos itens 14 e 15:

- Mais de 70% dos alunos considera o site da IES bom (42%), muito bom (21%) ou excelente (9%).
- Um percentual de 85% dos alunos considera a imagem da AEDB na sociedade boa (40%), muito boa (32%) ou excelente (13%).

O Corpo Técnico Administrativo considera em sua grande maioria os meios de comunicação como satisfatórios (76%) ou muito satisfatórios (18%). Um percentual de mais de 20% do corpo técnico administrativo não sabe informar sobre a ouvidoria da instituição.

Dentre os integrantes da CPA, foi destacada a necessidade de melhorar os murais da IES que, embora principalmente voltados à comunicação com o público interno, são percebidos pelo público externo que nos visita, causando importante impacto visual. Foi abordado o uso das mídias sociais na comunicação com a sociedade. Foi salientada a mudança no processo utilizado para a definição do tema do programa "Atitude Legal", que tem sido, nos últimos anos, um importante instrumento de comunicação e interação com a sociedade por meio do "trote solidário". Em 2017, a condução do programa privilegiou a ampla participação dos alunos, particularmente do primeiro ano, dos diversos cursos da IES, tendendo a ter um impacto ainda mais significativo. Foi destacada, ainda, a participação constante de nossos professores em entrevistas nos canais regionais de rádio e TV, o que revela o grau de confiança que nosso corpo docente goza junto à comunidade.

3.3. EIXO 3 - DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO CORPO DISCENTE

O SAE – Serviço de Apoio ao Estudante é um serviço considerado de referência para a comunidade acadêmica da FER. Visa direta ou indiretamente, o bem estar dos estudantes prestando assistência estudantil universitária, comprometida com a integração e aperfeiçoamento acadêmico, cultural, científico e social do estudante, incentivando-o ao exercício pleno da cidadania. Os objetivos são os de prestar apoio ao estudante da AEDB / FER por meio de ações, programas e projetos, procurando incentivá-lo e atendê-lo em suas necessidades, para que possa desenvolver suas atividades, visando a excelência na sua formação integral, pautada nas responsabilidades ética e social. O Programa de Atividades do SAE atua em várias frentes de estímulo, apoio, orientação e assistência estudantil. Esta se dá por meio do planejamento centralizado e gerenciamento descentralizado através da estrutura funcional e física da AEDB / FER nos seguintes programas e atividades:

- Programa de Estímulo aos Estudos e à Aplicação as Atividades Acadêmicas: Prêmio e Diploma Prof. Antonio Esteves
- Programa de Incentivo aos Discentes para Aquisição de Livros Didáticos
- Coordenação de Benefícios: Programa de auxílio para alunos carentes com bolsas parciais e integrais.
- Bolsas-Auxílio (iniciação científica, trabalho, monitoria)
- Seção de Apoio Psicopedagógico
- Restaurante e cantinas
- Programa de Acolhimento – Recepção aos Alunos Ingressantes
- Diretórios Acadêmicos e Atlética Esportiva
- Serviço de Apoio à Mobilidade

- Políticas de acesso e permanência de alunos com deficiências (Educação Inclusiva)
- Apoio a Projetos Acadêmicos, Sociais e Comunitários –
- Processo Seletivo da FER - A IES preocupada com a acessibilidade ao ensino superior de candidatos de cidades vizinhas leva a estas comunidades seu processo seletivo com isenção de taxas de vestibular.
- Suporte para Divulgação de Trabalhos Científicos
- Divulgação de Estágios
- Estímulo à Permanência

3.3.1. OBSERVAÇÃO DOS RESULTADOS – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO CORPO DISCENTE

Em relação a este aspecto, a pesquisa ao docente sobre a qualidade institucional realizou as perguntas 47 a 52, que evidenciaram os seguintes aspectos, na percepção do corpo docente:

- Um percentual de 28% dos professores não sabe informar se existem mecanismos de apoio acadêmico aos alunos com dificuldades acadêmicas e pessoais e 4% consideram que não existe.
- Um percentual de 25% dos professores não conhece as instâncias que fornecem bolsas de ensino, pesquisa e extensão.
- Um percentual de 33% dos professores não conhece as políticas de incentivos a estágios e empresa júnior; 38% não conhecem os programas de iniciação científica; e 44% não conhecem as atividades de atualização e formação continuada para os egressos.

Em relação ao Corpo Discente, a pesquisa apontou os seguintes resultados, nos itens 7 a 12, 32 e 33:

- O seguinte percentual de alunos considerou o atendimento bom ou excelente pelas seguintes instâncias: coordenação de cursos

(63%), benefícios (75%).

- O seguinte percentual de alunos considerou o atendimento regular ou bom pelas seguintes instâncias: Secretaria (35%), Coordenação Administrativa (27%), tesouraria (32%).
- Embora bem distribuído o conhecimento dos alunos em relação aos mecanismos de apoio (secretaria, coordenação administrativa e tesouraria), os percentuais ainda são relativamente baixos, o que pode indicar seu desconhecimento ou seu pouco uso. As ações mais percebidas e consideradas positivas foram: O prêmio Antonio Esteves (45%), a concessão de bolsas e financiamentos (60%) e o apoio aos estágios (48%). Todos as demais ações ficaram com um percentual abaixo de 8%. Ressalte-se que os alunos deveriam indicar todos aqueles que percebiam e consideravam positivos.
- Um percentual de mais de 36% dos alunos alega desconhecer as atividades do Diretório Acadêmico.

A maior parte do corpo-técnico administrativo avalia os mecanismos de apoio ao discente como satisfatórios (67%) ou muito satisfatórios (29%).

Dentre os integrantes da CPA, foi destacada a insatisfação de diversos alunos com alguns setores que os atendem diretamente, parcialmente corroborado pela pesquisa com os discentes. Foi destacado que em relação à tesouraria uma das principais causas de insatisfação são as longas filas formadas em determinadas ocasiões. Dentre os alunos foi sugerido que o Prêmio Antonio Esteves aumentasse sua abrangência, podendo premiar com bolsas parciais alunos que se destacassem não chegando à primeira colocação. Foi sugerido, ainda, que a quantidade de alunos premiados varie em função do número de alunos de cada curso. As opiniões dos participantes da reunião se dividiram sobre o tema.

3.4. EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO – DIMENSÃO 5 – POLÍTICAS DE PESSOAL

Conforme Artigo 7º do regimento acadêmico está estabelecido o plano de carreira do corpo docente. O PQI-Plano de qualificação Institucional também estabelece a qualificação continuada do Corpo Docente. Professores da Disciplina de Língua Brasileira de Sinais LIBRAS se enquadram nestes documentos. Os Professores são contratados em regime CLT com os mesmos benefícios e direitos dos demais docentes. A IES prevê incentivo à qualificação continuada através de indicação e apoio financeiro; A IES sempre incentivou, através de ajuda de custo, a melhoria de qualificação e titulação do corpo docente. Desde 2014, de forma mais acentuada, busca facilitar o acesso a pós-graduação strictu-sensu com a instalação em suas dependências de programa de mestrado profissional, em parceria com a UNESP – Universidade do Estado de São Paulo. Para o corpo técnico-administrativo também existe o plano de carreira, bem como o plano de qualificação.

3.4.1. Plano de Carreira Docente - Políticas de Qualificação e Regime de Trabalho

A IES possui Plano de Carreira Docente – PCD que atende ao corpo docente de maneira excelente e implantado e protocolado no ministério do trabalho.

Em seu Art. 1º. são estabelecidos os objetivos do PLANO DE CARREIRA DOCENTE (PCD) que é o de estabelecer as diretrizes para: estruturação das funções, regime de trabalho, seleção, e ascensão funcional por progressão salarial e promoção dos docentes do Magistério Superior da AEDB. O PCD da AEDB/FER tem como premissas básicas:

I. Estimular o crescimento profissional e acadêmico de seu corpo docente;

II. Reconhecer os esforços dos docentes direcionados ao aumento de sua qualificação;

III. Tornar transparente o processo de remuneração e ascensão de carreira na Instituição;

IV. Alinhar os objetivos individuais do corpo docente com os objetivos estratégicos da instituição.

A relação de trabalho entre o Corpo Docente do Magistério Superior e a AEDB/FER é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por disposições legais em vigor que disciplinam as relações trabalhistas no país e pelas normas internas da Instituição.

As Funções de Docência pertencentes ao QCD são:

I. Professor Especialista;

II. Professor Mestre;

III. Professor Doutor.

Está sujeito ao regime de tempo integral, o professor contratado com carga horária semanal de 40 horas. Durante este período, o professor poderá ministrar aulas, assim como se dedicar para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento, avaliação, orientação de alunos e atividades administrativas e de gestão acadêmica;

Está sujeito ao regime de Tempo Parcial com carga horária mínima de 12 horas semanais. O professor de regime de tempo parcial poderá ministrar aulas, assim como se dedicar para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento, avaliação, orientação de alunos e atividades administrativas e de gestão acadêmica;

Está sujeito ao regime de Horista o docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar horas-aula.

O PCD contém os critérios para seleção e admissão do corpo docente, da remuneração, da promoção e progressão de carreira, do adicional de função e da composição do salário-base.

3.4.2. Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo - Políticas de Qualificação e Regime de Trabalho

Constitui política institucional reforçar e destacar a qualidade e eficiência da atuação do corpo técnico-administrativo por meio de ações que proporcionem a qualificação permanente dos técnico-administrativos em exercício e de contratação de profissionais, no mínimo, graduados ou em processo de graduação. Excetua-se o pessoal de conservação e manutenção, os quais se exige apenas a qualificação para o exercício da função.

O corpo técnico-administrativo é constituído por todos os servidores não-docentes; tem a seu cargo os serviços administrativos e técnicos de apoio necessários ao normal funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A FER zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua missão, bem como por incentivar o aperfeiçoamento técnico-profissional a seus empregados.

Os servidores não-docentes são contratados sob o regime da legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto no Regimento e nas demais normas expedidas pelos órgãos da administração superior da FER e sua Mantenedora.

O pessoal não-docente é atendido pelo Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo, que estabelece critérios de admissão e progressão na carreira do Quadro do Pessoal da Faculdade de Engenharia de Resende e sua Mantenedora.

A IES possui O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS – PCS para os profissionais Técnico-administrativos e o PLANO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL-PQI, os quais indicam a existência de carreira e seu aperfeiçoamento profissional. A melhoria de qualificação do corpo técnico-administrativo é promovida através de bolsa integral para os diversos cursos ofertados pela IES, além de participação em cursos e eventos externos.

3.4.3. Observação dos Resultados – POLÍTICAS DE PESSOAL

Em relação a este aspecto, a pesquisa ao docente sobre a qualidade institucional realizou as perguntas 32 a 34, que evidenciaram os seguintes aspectos, na percepção do corpo docente:

- Um percentual de 39% dos professores não conhece as políticas e planos de carreira para o Corpo Docente e seus critérios de admissão e progressão.
- Um percentual de 37% dos professores não sabe informar se existem programas de qualificação profissional e de melhoria de vida para o Corpo Docente e 10% afirmam não existir.

Em relação ao corpo técnico administrativo, a pesquisa registrou os seguintes resultados:

- Apenas 60% consideram que existem programas de qualificação profissional e aprimoramento das condições de trabalho, contra 13% que consideram não haver e 27% que não sabem informar.
- Um percentual de 93% considerou que existe um clima de respeito nas relações de trabalho, na IES.

Por parte dos integrantes da CPA, todas as impressões sobre o tema são muito positivas. Foram relatados apoios à capacitação de professores, funcionários e filhos de funcionários para realização de cursos; subsídios para refeições; além de um clima de trabalho amigável e de gestores acessíveis. Foi destacada a existência de um plano de qualificação institucional (PQI), que ampara e norteia estas iniciativas.

3.5. EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO – DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

A AEDB é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral pela IES, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitadas os limites da Lei e do Regimento, a

liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos. Compete precipuamente à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades da Faculdade, colocando-lhe à disposição os bens necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio. À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária e financeira da Faculdade, podendo delegá-la no todo ou em parte ao Diretor, de acordo com o orçamento anual e plano de aplicação dos recursos orçamentários da Faculdade.

São órgãos da FER a Congregação, o Conselho Técnico Administrativo e a Diretoria.

O colegiado funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria dos presentes, salvo nos casos em que se exige "quorum " especial previsto no Regimento; o presidente do colegiado participa da votação e, no caso de empate, terá voto de qualidade; nenhum membro do colegiado pode participar de sessão em que se aprecie matéria de seu interesse particular; as reuniões que não se realizarem em data pré-fixadas no calendário anual, aprovado pelo colegiado, são convocadas com antecedência mínima de 48 horas, salvo em casos de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos; das reuniões são lavradas atas, lida e assinada na mesma sessão ou na seguinte.

A congregação é órgão superior deliberativo em matéria didático-científica e disciplinar, é constituído pelo diretor, seu presidente; pelo professor coordenador de curso; pelos professores, em exercício; por um representante estudantil, indicado pelo diretório acadêmico, por dois representantes da comunidade; e por um representante da Mantenedora.

A Congregação reúne-se ordinariamente no início e fim de cada ano e extraordinariamente quando convocada pelo Diretor, por iniciativa própria ou a requerimento de dois terços dos membros que a constituem. Compete à Congregação deliberar, no âmbito de sua competência, sobre o regimento, suas alterações e emendas, interpreta-lo e decidir sobre os

casos omissos; votar o plano anual de atividades da IES; eleger dois professores seus representantes no CTA; homologar a indicação de professores para contratação pela Mantenedora; decidir os recursos interpostos de decisões dos demais Órgãos, em matéria didático - científica e disciplinar; apreciar o relatório anual da Diretoria; Sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da IES, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor; decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas; deliberar, no âmbito de sua competência, sobre a criação, a expansão ou extinção dos cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação ou de extensão; e exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

O Conselho Técnico Administrativo (CTA) é órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria didático - científica, disciplinar e administrativa, é constituído pelo diretor, seu presidente; pelos coordenadores de curso; por dois professores representantes da Congregação; por um representante estudantil, indicado pelo Diretório Acadêmico. O CTA reúne-se ordinariamente de dois em dois meses e extraordinariamente quando convocado pelo Diretor, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 dos membros que o constituem. Compete ao CTA coordenar e supervisionar a elaboração e execução do PPC; organizar, anualmente, o calendário escolar; disciplinar, anualmente a realização do Processo Seletivo; elaborar o currículo pleno do curso de graduação, bem como suas modificações, submetendo-os à Congregação, de acordo com as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Poder Público; aprovar a realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, bem como seus respectivos planos, de acordo com normas gerais estabelecidas pela Congregação e de acordo com as normas do Sistema Federal de Ensino; deliberar sobre pedidos de transferências e aproveitamento de estudos; designar os professores que acompanharão as eleições do Diretório Acadêmico; distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre os professores, respeitadas as especialidades, e

coordenar-lhes as atividades; aprovar os programas e planos de ensino das disciplinas; opinar sobre demissões, promoções e afastamento do pessoal docente; selecionar monitores; manifestar-se sobre acordos e convênios, com entidades nacionais, ou estrangeiras, que envolvam o interesse da Faculdade; sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor; exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em leis e no Regimento.

3.5.1. OBSERVAÇÃO DOS RESULTADOS – POLÍTICAS DE GESTÃO

Em relação a este aspecto, a pesquisa ao docente sobre a qualidade institucional realizou as perguntas 4, 5, 10, 35, 36 e 44, que evidenciaram os seguintes aspectos, na percepção do corpo docente:

- Um percentual de mais de 70% dos professores considera coerentes as ações da IES com os propósitos definidos no PDI, além de considerarem satisfatória ou muito satisfatória a relação entre o PDI e o PPI. Um percentual de 87% percebe que o planejamento da IES incorpora ações para melhoria contínua.

- Por outro lado, 35% dos professores alegam jamais ter participado de um processo de elaboração ou reelaboração de um projeto pedagógico de curso e 38% não conhecem os órgãos colegiados da instituição.

- Praticamente 90% do corpo técnico administrativo estão satisfeitos com a equipe gestora e conhecem os trâmites decisórios da IES.

Em relação ao Corpo Discente, a pesquisa apontou os seguintes resultados, nos itens 16 e 18:

- A maior parte dos alunos considera a organização da IES boa

(54%), enquanto 41% consideram muito boa ou excelente e 5% regular ou insuficiente.

- Dentre as instâncias consideradas pelos alunos como eficazes para que os alunos apresentem suas críticas e sugestões, destacam-se a coordenação dos cursos (33%), a ouvidoria (17%), os representantes de turma e o diretório acadêmico (18%, cada).

Os membros da CPA consideram que a IES desenvolve uma gestão participativa e uma postura dos gestores que permite o fácil acesso a toda a comunidade acadêmica.

3.6. EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO – DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

3.6.1. Recursos Financeiros

Para complementar os limitados recursos financeiros provenientes da arrecadação de anuidades, a Faculdade de Engenharia de Resende busca fontes adicionais de financiamento que lhe permitam concretizar todos os seus objetivos estratégicos.

3.6.2. Iniciativas estratégicas

Para alcançar esse objetivo a Faculdade de Engenharia de Resende adota, entre outras, as seguintes ações:

a) Fomentar a participação de empresas no patrocínio de cursos;
b) Fomentar a participação de empresas no aparelhamento de laboratórios;
c) Fomentar a apresentação de projetos de P&D a entidades financiadoras;
d) Aumentar a atividade de prestação de serviços nas áreas de competência da Faculdade de Engenharia de Resende;

e) Apresentar projetos de desenvolvimento, mobilizadores do progresso em áreas estratégicas, à entidades patrocinadoras.

Ilustram, ao longo dos anos a captação de recursos:

- Consultoria em Finanças Técnicas;
- Treinamento para as empresa conveniadas;
- Consultoria para secretaria de educação dos municípios parceiros;
- Processos seletivos.

Como a AEDB é filantrópica todo o resultado é reaplicado para desenvolvimento da mesma. Com isso os recursos arrecadados atendem de forma excelente ao custeio e aos investimentos em ensino, pesquisa, extensão e gestão previstos no PDI. Estuda-se inclusive o projeto de um novo prédio a ser iniciado ainda no período de vigência do atual PDI.

3.6.3. OBSERVAÇÃO DOS RESULTADOS – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Em relação a este aspecto, a pesquisa ao docente sobre a qualidade institucional realizou as perguntas 53 a 55 e 57, constantes do anexo, que evidenciaram os seguintes aspectos, na percepção do corpo docente:

- A totalidade dos professores informa que os salários e encargos vêm sendo pagos e recolhidos em dia pela IES.
- Porém, 43% não sabem informar se há compatibilidade entre os cursos oferecidos e as verbas e recursos disponíveis.
- Na percepção de 90% dos professores, a IES evolui continuamente na oferta de novos cursos, em melhorias e acréscimos da infraestrutura e recursos didático-pedagógicos.

A totalidade do corpo-técnico administrativo afirma receber seus salários em dia e confirma o cumprimento dos encargos trabalhistas,

afirmando, ainda, que percebe a oferta de novos cursos e da melhoria da IES.

Em relação ao Corpo Discente, a pesquisa apontou, segundo o item 34, que a maior parte dos alunos percebe com frequência (56%) ou muita frequência (14%) o esforço da IES na melhoria acadêmica.

Os integrantes da CPA percebem que a sustentabilidade financeira ficou muito evidente para todos por, mesmo num momento de crise, manter investimentos, pagamentos em dia, concessão de benefícios e, particularmente, aumento do subsídio concedido aos funcionários.

4. SUGESTÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DADOS

A fim de analisar os dados levantados nas pesquisas e coletados pelos integrantes da CPA junto aos segmentos que representam, a CPA se reunirá ordinariamente em 13 de abril de 2017 para discutir as percepções de cada integrante.

Após a reunião, deverá ser elaborado uma ata com um respectivo plano de ação de melhorias que será remetida para os diversos integrantes, bem como para o corpo dirigente da IES para sua apreciação e tomada de decisões. Com base nas discussões levadas a termo nas reuniões de trabalho, seguem as sugestões a serem apresentadas à Direção da FER, sobre cada um dos eixos avaliados.

4.1. Eixo 3 - dimensão 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão)

Foram apresentadas as seguintes sugestões sobre o item:

- Rever as atas das reuniões de integração e, se for o caso, redirecionar suas pautas de modo a tornar efetiva a integração entre os ensinos de graduação e pós-graduação e destes com as atividades de pesquisa e extensão, desde

seus planejamentos.

- Rever o cadastramento dos cursos de pós-graduação e ligá-los aos cursos de graduação correspondentes, com integração entre suas coordenações.
- Melhorar a divulgação das atividades de extensão, o estímulo à participação de docentes e discentes e o registro das atividades.
- Melhorar a divulgação das políticas de apoio à pesquisa e à extensão entre professores e alunos.

4.2. Eixo 3, dimensão 4 (Comunicação com a Sociedade)

Foram apresentadas as seguintes sugestões sobre o item:

- Reestruturar os murais da IES de maneira a ficarem mais atrativos e informativos tanto para o público interno, quanto para orientar o público externo.
- Levantar o perfil dos acessos em nossas redes sociais, para analisar o impacto de nossas postagens em cada segmento da sociedade.
- Realizar uma pesquisa junto à sociedade, que pode ser realizada na disciplina de "pesquisa de marcas" ou como um projeto específico, com três vertentes: junto ao mercado de trabalho, para saber qual a percepção acerca do nosso egresso; junto à população de Resende e região, para saber qual sua percepção acerca da instituição e de seus cursos; junto ao egresso e seus superiores, para compreender a percepção da qualidade de nossa formação.
- Usar a cessão de espaço, que a IES costuma praticar para buscar, como contrapartida, a divulgação das ações da IES e a realização de pesquisas junto ao público diverso que costuma utilizar nossas instalações.

4.3. Eixo 3 - dimensão 9 (Atendimento aos discentes)

Foram apresentadas as seguintes sugestões sobre o item:

- Divulgar melhor, entre os professores e alunos, as diversas instâncias de apoio ao aluno.
- Estudar a sugestão dos alunos de aumentar a abrangência do Prêmio Antonio Esteves, em função da sua viabilidade e do seu impacto.
- Estudar a realização de uma capacitação dos funcionários que atendem aos alunos além de criar um manual de procedimentos internos para todos que se relacionam com alunos.
- Levantar os índices de satisfação com as coordenações, por curso, de modo a pontuar os problemas e as possíveis soluções.
- Aumentar a quantidade de serviços oferecidos virtualmente.
- Criar um banner (que pode ser replicado no site da IES) para cada setor de atendimento, com um FAQ dos principais questionamentos e orientações de como podem ser resolvidos (evitando, particularmente, filas desnecessárias). Estes banners seriam afixados na porta de cada setor.
- Sugerir aos alunos do Diretório Acadêmico maior divulgação de suas ações. Pensar em incluir algumas destas ações no periódico institucional.

4.4. Eixo 4 - dimensão 5 (Política de Pessoal)

Foram apresentadas as seguintes sugestões sobre o item:

- Divulgar melhor, entre os professores e colaboradores, a política de pessoal da IES e seus reflexos, particularmente,

as diversas possibilidades de apoio à capacitação e ao desenvolvimento.

- Estimular ações que mantenham positivo o clima organizacional.

4.5. Eixo 4 - dimensão 6 (Organização e Gestão da Instituição)

Foram apresentadas as seguintes sugestões sobre o item:

- Solicitar aos coordenadores que explicitem melhor os trabalhos realizados pelos colegiados de cursos e núcleos docentes estruturantes a respeito das decisões tomadas em relação aos cursos, para que todo o corpo docente e discente tome conhecimento dos trâmites seguidos para tomada de decisões.
- Solicitar aos professores, particularmente, aos recém-chegados, a constante revisão dos programas das disciplinas, envolvendo-os nos estudos referentes à atualização curricular e bibliográfica.

4.6. Eixo 4, dimensão 10 (Sustentabilidade financeira)

A CPA considerou que a IES vem dando mostras de equilíbrio e seriedade na condução de suas finanças, não tendo sido apresentadas sugestões sobre este item.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FER herda de sua Mantenedora uma vocação de Responsabilidade Social que a caracteriza entre o público interno e a comunidade regional. Fruto deste espírito, Diretores, colaboradores e os corpos docente e discente convivem em relação harmoniosa e produtiva.

O Diretor e os coordenadores dos cursos procuram participar de eventos que os mantém atualizados quanto às práticas de gestão e pedagógicas, a fim de que a IES contribua cada vez de forma mais significativa para a formação de seus discentes prestando um serviço relevante à sociedade.

Esta postura colaborativa e harmoniosa reflete no apoio dado ao trabalho efetivo e autônomo da CPA. Em nenhum momento houve qualquer tentativa de interferência nos trabalhos de prospecção dos dados ou de apresentação dos resultados. Percebe-se um compromisso efetivo com a qualidade dos processos desenvolvidos na IES, bem como de seus resultados educacionais.

Neste sentido, a CPA pôde desenvolver um trabalho autônomo, na busca pelos pontos fortes e pelas oportunidades de melhoria da instituição. Deste levantamento, restaram apontadas no presente relatório propostas de ações a serem levadas à direção ao longo do ano de 2017.

Para o ano de 2017, ano em que os relatórios parciais de 2015 e 2016 serão condensados, espera-se uma divulgação maior do trabalho da CPA para que, aumentando sua interação com a comunidade acadêmica, suas análises possam ser ainda mais profundas e adequadas à realidade da IES e que possam ser efetivamente avaliadas as ações propostas nos relatórios parciais citados.

Resende, 30 de março de 2016.